

arquivos analíticos de
políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 65

3 de junho de 2019

ISSN 1068-2341

Inclusão Escolar e Social na Itália: A Contribuição das Associações de Pessoas com Deficiência

Antonello Mura

Università degli Studi di Cagliari
Italia

Citação: Mura, A. (2019). Inclusão escolar e social na Itália: A contribuição das associações de pessoas com deficiência. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(65).
<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4449>

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre as dimensões histórica e sociológica que marcaram o surgimento das associações de pessoas com deficiência na Itália. Por meio de uma retomada histórica, buscou-se definir o contexto no qual se estruturaram as primeiras iniciativas com características de associações, dirigindo a atenção às suas dimensões sociais e éticas. Foram consideradas suas singularidades como integrantes de eventos político-culturais que definiram a perspectiva italiana de inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, nos anos 1970. Pode-se perceber como tais associações marcaram a reorganização dos serviços dirigidos às pessoas com deficiência, no sentido de sua afirmação como sujeitos promotores de cidadania e da ampliação dos processos de inovação para toda a sociedade.

Palavras-chave: educação especial; pessoa com deficiência; inclusão escolar; inclusão social; cidadania

School and social inclusion in Italy: The contribution of associations for disabled people

Abstract: The paper reflects on the historical and sociological dimensions that marked the emergence of disabled people associations in Italy. Through a historical analysis, we sought to define the context in which the first initiatives with association features were structured, directing the attention to their social and ethical dimensions. Their singularities were considered as integral parts of political-cultural events that influenced Italian perspectives on the schooling and social inclusion of disabled people in the 1970s. This analysis shows these associations have led to the reorganization of the services directed to disabled people, in the sense of affirming citizenship-promoter subjects and expanding innovative processes for the whole of society.

Keywords: special education; disabled person; school inclusion; inclusion social; citizenship

Inclusión escolar y social en Italia: La contribución de las asociaciones de personas con deficiencia

Resumen: El artículo presenta una reflexión sobre las dimensiones históricas y sociológicas que marcaron el surgimiento de las asociaciones de personas con discapacidad en Italia. Por medio de una reanudación histórica, se buscó definir el contexto en el cual se estructuraron las primeras iniciativas con características de asociaciones, dirigiendo la atención a sus dimensiones sociales y éticas. Se consideraron sus singularidades como integrantes de eventos político-culturales que definieron la perspectiva italiana de inclusión escolar y social de las personas con discapacidad en los años 1970. Se puede percibir cómo tales asociaciones marcaron la reorganización de los servicios dirigidos a las personas con discapacidad, en el sentido de su afirmación como sujetos promotores de ciudadanía y de la ampliación de los procesos de innovación para toda la sociedad.

Palabras-clave: educación especial; persona con discapacidad; inclusión escolar; inclusión social; ciudadanía

Introdução

Levar em consideração a contribuição que as associações das pessoas com deficiência e dos seus familiares têm oferecido para o desenvolvimento do processo inclusivo significa transcender esse processo para entrar em uma dimensão sócio-política, cultural e ética mais ampla. De fato, os vínculos e ligações espontâneas e voluntárias dão origem a estruturas de rede compartilhadas capazes de apoiar indivíduos e sociedades em relação aos perigos de despersonalização (Dahrendorf, 2003). Na Itália, no entanto, a contribuição das associações assumiu um caráter ainda mais significativo, uma vez que foi fundamental para a evolução dos processos de modernização institucional e para a melhoria das condições existenciais e de cidadania de toda a sociedade italiana. Não obstante, a abrangência de tal contribuição ficou por muito tempo às margens do interesse científico e da pesquisa, mesmo que um grande número de publicações de caráter histórico, jurídico, político, econômico e sociológico tenha tratado o fenômeno do associacionismo em sua dimensão não específica. Esse mal-entendido, que as pesquisas pedagógicas mais recentes têm suprido (Mura, 2004, 2006a, 2006b, 2007, 2008, 2009, 2014; Salis, 2007a, 2007b; Selis & Stocchino, 2008; Tatulli, 2007a, 2007b; Zurru, 2005, 2006, 2007, 2008), deve ser considerado dentre as atitudes de desinteresse, de marginalização e de desatenção social, pelas quais, por um longo tempo, observou-se a existência das pessoas com deficiência e as necessidades das suas famílias.

Trata-se de uma carência que atualmente não é mais justificável, nem em relação à deficiência nem em relação às associações, se considerarmos o papel precursor que estas últimas exercitaram na Itália, desde o seu surgimento, em trazer para a atenção social, política, formativa e ética questões inerentes ao reconhecimento dos direitos humanos fundamentais e correlacionados à necessidade da plena realização da pessoa com deficiência. Trata-se de antecipação a respeito de

temas ético-jurídicos que, apesar do reconhecimento oficial na recente Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006), continuam, de fato, a enfrentar barreiras de realização e violações em cada parte do mundo. Para caracterizar ainda mais a situação italiana em relação à quase totalidade dos contextos internacionais, é também necessário especificar um aspecto relativo à composição das associações. Na Itália, de fato, diferentemente de muitos outros países, os interesses dos cuidadores não se diferenciam claramente dos interesses dos principais interessados – por este motivo estabelecidos de maneira conjunta por pessoas com deficiência, seus familiares e voluntários. O fenômeno associativo não pode ser lido, portanto, mediante uma distinção clara entre associações de pessoas com deficiência e associações de familiares de pessoas com deficiência.

A análise desse tipo de fenômeno histórico pode também ser de grande importância para compreendermos que as políticas públicas e as iniciativas técnicas não são eventos circunscritos a determinados contextos. Ao considerarmos as mudanças institucionais na Itália, podemos observar que, contemporaneamente, havia a emergência de novas configurações em outros países. No entanto, o potencial associativo pode estar fundado em princípios democráticos, quando as sociedades possibilitam esse tipo de organização, ou assumem outras configurações em contextos autoritários, como aqueles frequentes em diferentes países nas décadas de 1970 e 1980. A análise compartilhada da política em diferentes contextos nos auxilia na compreensão relativa às singularidades desses contextos sociais e desses fenômenos associativos.

Entre Reivindicações e Conquistas: Os Primeiros Pontos

Se se pretende refazer e contextualizar o surgimento dos primeiros comitês históricos que se ocuparam de deficiência sensorial, é necessário retornar a mais de um século atrás, para evidenciar que o primeiro destes surgiu no final de 1800. Mas é somente nos primeiros vinte anos do século XX que o fenômeno associacionista assume uma caracterização polimórfica e afeta os diferentes setores da vida comunitária, com evidentes repercussões nos âmbitos político, cultural, econômico e social – tanto que se pode afirmar que o mutualismo associativo se torna um dos principais instrumentos pelos quais as identidades sociais são redefinidas, passando das tradicionais formas de integração natural (relações familiares, parentais e de pequenas comunidades) para novas e mais amplas dimensões de identidade social (Ridolfi, 1998).

É assim que, no rastro do que estava acontecendo para a constituição de associações de auto-mútuo-ajuda e cooperativistas da classe trabalhadora – que viam a possibilidade de obter bens e serviços e de ver reconhecidos os direitos às condições mais favoráveis –, se presencia a formação das primeiras associações constituídas de pessoas com deficiência e de seus familiares. Tudo isso em um contexto sociocultural no qual ter uma deficiência ou um déficit significava fazer parte de uma “humanidade indigna” que, privada de qualquer reconhecimento jurídico, poderia ser tolerada somente pelos sentimentos piedosos e caridosos de filantropia.

É nesse cenário que, nas primeiras duas décadas do século XX, se constituem algumas associações extremamente importantes para a história da emancipação das pessoas interessadas por deficiências e da integração delas. Nesse sentido, se recorda a constituição da Associação Nacional de Mutilados e Inválidos da Guerra (1917), da União Italiana dos Cegos (1920), da Federação Italiana das Associações de Surdos-mudos (1922), posteriormente denominada Organização Nacional Surdo-mudo (1942) e da Associação Nacional dos Mutilados e Inválidos do Trabalho (1943).

A ação deles, que nascia de interesses legais para tutelar as condições de invalidez física causada por patologias congênitas ou adquiridas, foi fundamental, já que, por um lado, denunciava publicamente a injustiça de uma sociedade que de forma prejudicial individuava na pessoa com deficiência um “sujeito ausente”, inútil para si mesmo e para a comunidade e, por outro lado,

reivindicava o reconhecimento provisões assistenciais mínimas para aqueles sujeitos que, por sua dedicação ao trabalho ou por amor à pátria, tinham sofrido mutilações insanáveis.

Já nas fases iniciais, a intervenção associativa, mediante pressões políticas e propostas concretas, levou a conquistas extremamente importantes. O primeiro resultado significativo foi em 1923 quando, por meio da ação exercitada pela União Italiana dos Cegos e da Federação Italiana das Associações de surdos-mudos, a reforma educacional realizada pelo Ministro da Educação Pública, Giovanni Gentile, reconhece o direito à educação e instrução na escola pública para cegos e surdos. Conjuntamente, trabalha-se a transformação de muitos Institutos para cegos e surdos em escolas reconhecidas pelo Estado, incluindo também entre estes os laboratórios profissionais anexados aos Institutos de Reeducação.

Desta forma, inicia-se o caminho de reconhecimento da pessoa com deficiência, que de “objeto” de assistência caritativa se torna “sujeito” de educação e de formação. Sempre seguidas de pressões associativas, outra conquista cultural, política e ética-civil de grande importância para aqueles com deficiência sensorial e para toda a sociedade foi alcançada, em 1938, com a abolição do Art. 340 do Código Civil, que até aquele momento declarava que os surdos e cegos eram inabilitados por lei até atingirem a maioridade, impedindo *de iure e de facto* toda autonomia possível. Outros resultados socialmente relevantes foram alcançados também, do ponto de vista econômico-jurídico, mediante o reconhecimento institucional de intervenções em favor das pessoas com deficiência por motivos de trabalho e dos veteranos de guerra.

Ao mesmo tempo, as associações delineiam seus programas e realizam as primeiras iniciativas para garantir a possibilidade de seus inscritos estudarem, de aprenderem um ofício, de organizarem um sistema mútuo, de formarem uma família e de participarem da vida coletiva. Um exemplo interessante nesta direção é representado pelos eventos de Antonio Magarotto, fundador da Organização Nacional dos “surdos-mudos” (1942). Para demonstrar que as crianças “surdas-mudas”, como eram definidas naquela época, também poderiam aprender uma profissão e, através do trabalho, participar com dignidade da vida social, ele não hesita em vender seu próprio patrimônio hereditário e, envolvendo ativamente a sua família, usa a casa em que mora como um laboratório, criando assim a primeira escola de arte gráfica italiana para “surdos-mudos” (ENS, 2004).

Alguns anos mais tarde, no âmbito institucional e civil, as associações conseguem outras importantes conquistas. As instâncias reivindicativas e o compromisso ético-civil conduzidos por suas primeiras intervenções são bem-vindos e valorizados pela Constituição da República Italiana (1948) que, pela primeira vez na história, reconhece os direitos fundamentais a favor também das pessoas com deficiência (equidade, educação, manutenção e assistência social, formação profissional, cuidados de saúde). No entanto, as esperanças abertas pelo ditame constitucional não refletem de forma imediata na cotidianidade das condições de vida de milhões de pessoas com deficiência, pois se chocam com um tecido comunitário e um contexto político-social culturalmente ainda imaturo para garantir a eles o respeito aos direitos previstos.

Portanto, a ausência quase total de intervenções por parte das organizações públicas, mais uma vez, faz surgir a força dos cidadãos. As novas associações constituídas atendem diretamente as necessidades dos próprios familiares e de quem vive em condição de deficiência, ampliando a esfera da ação associativa dos déficits sensoriais, incluindo aqueles motores e psíquicos, até abranger cada forma de invalidez. Emblemático, nesse sentido, é o episódio da senhora Teresa Serra, uma mãe que, não se resignando a aceitar as condições existenciais de seu filho, leva-o à Inglaterra. Orientada pelas palavras do médico inglês que examinou o filho, ao despedir-se, lhe disse: "volte a Roma e procure fazer o que fizeram os pais ingleses e de outros países. Lembre-se, de todo modo, que se não fossem os pais, nós, médicos, teríamos continuado a considerar as pessoas com paralisia cerebral como incuráveis." (D'Amato, 2004). A jovem mãe, uma vez em Roma, após obter uma lista de famílias

com problemas semelhantes aos seus, unindo-se a um grupo de pais, em 1954 faz surgir a Associação Italiana de Assistência a Pessoas com Paralisia (AIAS).

Observando os próprios filhos ignorados por todas as instituições, a associação é autofinanciada e, depois de haver três salas disponíveis da Cruz Vermelha, organiza os primeiros tratamentos fisioterápicos; no mesmo ano da constituição associativa, obtém-se a promulgação da Lei nº 218, sobre a assistência e tratamento das crianças discineticamente pobres (D'Amato, 2004).

Rapidamente, o exemplo daqueles pais torna-se modelo de referência para tantos outros que, nas diversas regiões italianas, viviam situações análogas dada a absoluta ausência de políticas por parte dos organismos públicos e o total desinteresse médico com relação a tais temas. É por essa razão que, na reconstrução da história das seções AIAS, as quais gradualmente vão se tornando realidade em todo território nacional, encontramos histórias não muito diferentes daquela romana. Na Calábria, Alfonso e Nina D'Amato, pais de dois filhos com paralisia cerebral, depois de diversas consultas com especialistas na Itália e no exterior, não aceitam a ideia então difusa de separar-se de seus filhos para interná-los em um instituto e, com o auxílio de voluntários e de outros pais com as mesmas dificuldades, fundam em Cosenza (1962) a primeira seção AIAS, em uma região em que o problema era completamente desconhecido da opinião pública, como também dos organismos institucionais e da classe médica.

No Vêneto, a senhora Santi Palmieri Lupo depois de, do mesmo modo, peregrinar por especialistas italianos e estrangeiros, não se resigna a deixar sua pequena filha portadora de hidrocefalia em um centro hospitalar, tanto que aprende ela mesma os primeiros rudimentos de cinesioterapia e, encorajada também pelas palavras do Professor Milani Comparetti, torna a Vicenza onde, com o auxílio do marido, encontra outros trinta casais pais de crianças com paralisia cerebral, com os quais funda em 1968 a primeira seção vêneta da AIAS. Naturalmente, precisou enfrentar numerosas dificuldades, instruir-se por meio de poucas revistas estrangeiras que então se ocupavam da paralisia cerebral espástica, encontrar uma terapeuta a qual, primeiramente, hospedou em sua casa.

No Abruzzo, em 1970, um professor, Sante Ventresca, pai de uma menina de três anos marcada por sinais de um grave sofrimento neonatal, escreve a um jornal local e denuncia o fato de que naquela região nada é realizado para prover cuidados com as pessoas com deficiência. Depois de apenas um dia, lhe respondeu um outro pai declarando que ele também encontra as mesmas ausências e experimenta os mesmos problemas a respeito das exigências do próprio filho. Encontrados no curso de dois anos outros trinta pais, em 1972, superando muitas dificuldades, também no Abruzzo houve a fundação da primeira seção da AIAS (Mura, 2009).

No entanto, não é possível percorrer as centenas de histórias individuais que são testemunhos ativos do protagonismo dos pais, que assumem em primeira pessoa iniciativas que instaram a consciência coletiva e pública para o problema da paralisia cerebral e, em geral, da deficiência. Nesse âmbito, pode-se apenas realçar como esses pais, por meio da escolha associativa, deram lugar a um fenômeno social que transpôs as singularidades das suas histórias pessoais e contribuiu, de modo substancial, para o início de processos emancipatórios de caráter sócio-político, cultural e ético.

Uma experiência similar àquela da AIAS refere-se a um outro grupo composto de dez pais de crianças portadoras de déficit intelectual, os quais, sempre guiados por uma mãe, senhora Maria Luisa Menegotto, em 1958, constituíram, em Roma a Associação Nacional das Famílias de Pessoas com Distúrbios Psíquicos (ANFFAS). Sabe-se que naquela época as pessoas com deficiência intelectual viviam quase sempre segregadas em casa ou nos institutos reeducativos, em um estado de total desinteresse institucional. O déficit intelectual, na verdade, até mais do que as demais condições de deficiência, gerou um clima de guetização e de piedade. As famílias eram deixadas sozinhas e às vezes até mesmo culpadas, seja pela convicção pública, seja pela literatura científica a respeito das

condições dos próprios filhos (Farber, 1959, 1960). Também neste caso, porém, as famílias que desejavam a possível recuperação humana e social dos seus familiares, além da confiança nas suas possibilidades, se lançaram em primeira pessoa na gestão de atividades laboratoriais simples. Começaram, portanto, a proclamar suas solicitações e, através de um fervoroso trabalho de propaganda, conseguiram influenciar as decisões políticas e governamentais. Em 1959, as primeiras reflexões e propostas políticas da associação foram expressas em um *memorandum* entregue às máximas autoridades do governo, indicando ações precisas a serem acionadas para a melhoria das condições existenciais das pessoas com deficiência. Particularmente, solicitava-se a possibilidade de: educá-los através do estabelecimento e da frequência de turmas em salas especiais; atribuir a responsabilidade para a prefeitura e para as províncias as despesas para os menores com deficiência intelectual; criar centros de trabalho industrial e agrícola; e instituir benefícios de aposentadoria e seguro para as crianças com déficits que ficaram órfãs (Covino, 1999).

As propostas do *memorandum* requeriam atos políticos que se colocavam como uma verdadeira e real ruptura em relação às políticas do passado, se pensarmos que nos primeiros anos da década de 1960 um jornalista do *Messaggero*, denunciando a estridente contradição existente entre os princípios constitucionais e o conhecimento científico, de um lado, e a real condição dos jovens com deficiência intelectual, de outro, escreveu: “O Estado italiano considera os deficientes mentais como sujeitos de se manter à margem e de quem se deve defender com base em normas legislativas que remontam ao início do século, inspiradas no conceito equivocado de periculosidade social dos doentes e da necessidade de mantê-los em afastamento coativo” (Covino, 1999, p. 3).

Uma realidade, portanto, difícil de modificar, mas o grupo de pais insiste e, gradualmente, mediante contatos com outros genitores de outras cidades, faz surgir outras seções ANFFAS (entre as primeiras Florença, Cagliari, Nápoles, Rimini, Gênova, Trento). Em 1964, ano em que a associação obtém o reconhecimento jurídico, as seções já são 19, e os sócios, 5000. Um grupo que ao longo de seus já 60 anos de atividade era destinado a crescer e dar vida a uma organização complexa que, atualmente, é capilar ente difusa no território nacional (www.anffas.net).

Do mesmo modo do que ocorreu com a associação AIAS, já se trata de uma história longa em que se encontram protagonistas experiências originais, particulares, como aquela de Rosina Zandano, à qual o pediatra (1957), para comunicar que o filho nascerá com Síndrome de Down, usando a linguagem de então, fala de “mongolismo”, explicando dessa forma: “seu filho caminhará com dificuldade, não será adulto e morrerá ainda em idade de desenvolvimento”. Não foi, também, mais encorajador um outro pediatra famoso, a quem, a senhora se dirigiu três meses depois, diante de alguns episódios febris muito intensos por parte de seu filho: “Veja, a senhora é uma mulher inteligente, não tenha afeição por ele porque o perderá. Na próxima crise, sequer me chame, deixe-o ir. Por outro lado, vocês têm outra filha, bela e inteligente” (Godio, 1999, p. 12). Palavras terríveis que, em seu cinismo, soam como um veredito, mas a senhora Zandano e seu marido não se rendem e, depois de idas e vindas entre os melhores especialistas italianos e estrangeiros e os mais renomados institutos psicopedagógicos, fixam residência em Vercelli e em 1970 fundam uma seção ANFFAS. Assim, em lugares diferentes, dedicam-se sem reservas à associação, envolvendo e mobilizando outros pais, dando vida a serviços de animação, de formação e de trabalho, sensibilizando administradores e assistentes sociais reticentes, organizando palestras nacionais e internacionais, ativando centros especializados.

O que poderia emergir por meio de um maior aprofundamento da experiência citada, como das outras centenas de histórias que mereceriam ser reconstruídas, levaria sempre à intencionalidade educativa e formativa que move os pais, os quais, fazendo surgir as seções da ANFFAS, contribuíram para promover e desenvolver no País inteiro a cultura da integração e da inclusão social. Isso ocorreu concretamente mediante a idealização, a ativação e a gestão dos serviços (educativos, reabilitativos, sanitários, culturais, lúdicos, esportivos, residenciais assistidos), o

chamamento ao debate político, a proposta de dispositivos normativos, a denúncia de situações críticas, as ações demonstrativas, a promoção da pesquisa e da divulgação científica, a colaboração com entes e organismos públicos e privados, a formação profissional dos jovens, a formação e atualização dos profissionais, a promoção e a guarda dos direitos humanos, para citar apenas alguns dos âmbitos de intervenção e de atividades realizadas (Mura, 2007, 2009).

Não foram apenas famílias, mas diretamente duas pessoas com deficiência, Alvidio Lambrilli e Franco Quaranta, que constituíram, em Taranto, no ano de 1956, a primeira seção da Associação Nacional dos Mutilados e Inválidos Civis (ANMIC). Ambos apoiados por uma boa educação e por uma condição econômica confortável (pouco comum aos inválidos), depois de uma reunião casual deram vida a um projeto que naquele tempo parecia extremamente complexo e improvável em seus resultados: ajudar os demais “inválidos” civis (espásticos, poliomelíticos, cardiopatas, amputados etc.) a terem reconhecidos seus direitos de proteção constitucional, ainda completamente ignorados. A ideia que guiou os dois fundadores foi, portanto, aquela de ativar a recuperação moral dos “inválidos”, solicitando o compromisso direto do Estado, e também de setores privados, na construção de centros de reeducação físico-motora e centros profissionais de iniciação ao trabalho, onde as pessoas com deficiência poderiam se qualificar ou requalificar-se de acordo com as atitudes e as capacidades de trabalho residual. Em pouco tempo, à custa de um grave compromisso pessoal, que também privou os dois dos próprios recursos econômicos, com ações simbólicas de grande impacto, como as três grandes manifestações realizadas em Roma com mais de um milhão de pessoas com deficiência provenientes de toda Itália – denominadas “Marchas da dor” (1961, 1964, 1968) –, a ideia deles se difundiu. Em menos de dez anos foram instituídas, em cada região do país, seções provinciais de referência, ampliando os objetivos iniciais até requerer a ativação e a atuação dos principais responsáveis estatais em matéria de segurança social. Em menos de uma década foram instituídas, em cada região do país, seções regionais de referência, ampliando os objetivos iniciais até solicitar a ativação e atuação das principais responsabilidades estatais em matéria de segurança social.

Também relevante, quando se evoca o surgimento das principais associações italianas, é a constituição da *Lega del Filo d'Oro* (www.legadelfilodoro.it), uma associação que nasce em 1964 por vontade e obra de Sabina Santilli, uma jovem mulher que ficara surdocega com a idade de sete anos, em consequências de uma meningite. Graças à sua extraordinária determinação e ao apoio constante de seus familiares soube reagir a uma situação, abrindo um brecha de esperança a todos os surdocegos italianos. Na Itália, de fato, antes de Santilli aqueles que viviam a condição de surdocegueira estavam destinados a viver no mais absoluto isolamento, originado, mais do que do déficit sensorial, da total falta de confiança no que se referia à sua educabilidade. Sabina Santilli, por intermédio de um extraordinário percurso de estudo e de aprendizado - integrado pelo latim e por línguas estrangeiras -, de interesses e de relações, desmente essa perspectiva. Uma vez adulta, encontra um emprego, mantendo-se ativa a favor daqueles que, como ela, viviam uma condição similar. Não obstante já em 1948, lendo em Braille algumas revistas estrangeiras, tivesse tido a ideia de constituir uma associação, apenas em 1964 faz nascer seu projeto, estabelecendo sua sede na casa paterna em Osimo. Apoiada por toda sua família, irmãs e sobrinhos, já no primeiro ano de existência da associação, consegue organizar uma primeira estadia nas montanhas para um grupo de surdocegos, com o objetivo de facilitar a saída deles do isolamento em que vivem quotidianamente. Em 1967, a associação, além das saídas em férias e da difusão sempre maior do jornal associativo, abre a primeira escola especial e experimental para crianças surdocegas na Itália. Também nesse caso foi determinante o apoio familiar. As experiências não foram, obviamente, simples, e Santilli precisou resolver inúmeros problemas, o primeiro entre todos foi a formação dos professores. Isso a fez viajar pela Europa para buscar documentação e pesquisar as melhores soluções do ponto de vista didático-metodológico (Santilli, 2003).

As breves referências efetuadas são, provavelmente, suficientes para evidenciar como já no primeiro trabalho associativo estava presente um compromisso direto na gestão de iniciativas e de serviços e também significativas ações de advocacia e de propostas políticas face às instituições, mas também de sensibilização em relação às opiniões pública e de caráter reivindicativo, apoiado por ações simbólicas de grande impacto, como as já citadas “Marchas da Dor”. Tudo isso dá origem a um amplo debate político e cultural a respeito da deficiência que no final dos anos 1960 atinge as instituições nos diferentes setores da educação, da assistência social, do trabalho e da saúde. Por um lado, se evidencia o papel agora estabelecido de *serviço*, de *proteção* e de *representação* desenvolvido pelas associações; por outro lado, emerge concretamente a ideia de que a pessoa com deficiência não seja “ser humano ausente”, mas um possível cidadão que, como qualquer outro, reivindica o direito à *identidade*, à *formação*, ao *trabalho* e à *autonomia* para poder ser protagonista da própria existência.

A Deficiência entre Aspirações e Direitos: A Contribuição das Associações para o Desenvolvimento das Políticas do Bem-estar

Movidas pela intencionalidade educacional, as associações, inicialmente compostas em sua maioria por familiares, trabalharam, portanto, para que sua existência e atuação não se limitassem apenas ao tratamento médico, à piedade da aceitação ou somente ao amor familiar, mas para que se abrissem à plena realização dos potenciais da pessoa, na máxima integração relacional, cultural e trabalhista. É com tais convicções que, a partir dos anos 1970, a contribuição das associações se tornou cada vez mais visível e consistente. Elas se difundiram de forma capilar em todo país, se desenvolvendo com características de intervenção diferentes também em relação ao número de inscritos (pequenas, médias e grandes dimensões), se constituíram e se estruturaram em relação às específicas categorias diagnósticas, assumindo tais categorias como critério de referência (Síndrome de Down, autismo, cegos, surdos, déficits motores etc.) ou simplesmente em relação à ideia de que a pessoa em situação de deficiência, independentemente do tipo de déficit, deve ter a possibilidade de se autodeterminar da mesma forma que outra pessoa. Tornam-se, portanto, realidades cada vez mais complexas, e suas ações são apoiadas por voluntários e em muitos casos por pessoal interno qualificado (educadores, psicólogos, assistentes sociais, advogados); se enriquecem de ulteriores conotações, desenvolvendo nos diferentes setores do tratamento educacional, de saúde e social uma intensa atividade *promocional* e de *valorização* da pessoa, visando principalmente a conquista da plena integração cultural e social.

Obviamente, trata-se de um processo longo, durante o qual as associações, não sem tensões e conflitos, ampliaram de forma progressiva o seu campo de ação, desenvolvendo internamente recursos humanos e profissionais que, associados a competências organizativas, foram e são até hoje determinantes na difusão da cultura da inclusão social. Em razão das suas finalidades, as associações na verdade agiram (e agem) diretamente na ativação e gestão de atividades e de serviços educacionais, sociais e de saúde que abrangem um espectro de temas e de problemas que não podem ser totalmente referidos aqui. A ampla gama dos setores de intervenção (família, escola, saúde, trabalho, tempo livre etc.) e o leque muito mais extenso e articulado das atividades realizadas (assistência domiciliar, intervenções de reabilitação, laboratórios de aprendizagem, recuperação escolar, iniciativas de orientação, inserimento trabalhista, iniciação esportiva, atividades de divulgação científica etc.) nunca cederam a qualquer improvisação; como evidenciado em trabalhos anteriores (Mura, 2004), referimo-nos, portanto, a competências projetuais e a específicas metodologias didáticas e avaliativas articuladas, que garantem a relevância pedagógico-formativa das ações em tomadas.

A experiência educacional que progressivamente amadurecia dentro das associações, no lado público, se refletiu numa intensa atividade promocional e reivindicativa pelos direitos, que concorria ao lançamento de algumas medidas legislativas importantíssimas. Estas últimas não só contribuíram para a transformação do comportamento social e da consciência pública e institucional a respeito dos direitos e das possibilidades de realização da pessoa em situação de deficiência, mas consentiram também na superação de todas as formas de *bem-estar social residual* (apenas categorias protegidas) em favor de um modelo de *bem-estar institucional* baseado no princípio de universalização e equidade – e, assim, capaz de corresponder às necessidades culturais e de segurança social e de saúde de todos os cidadãos. Entre os resultados mais significativos, podemos nos lembrar da Lei nº 118/1971, que deve ser considerada em todos os aspectos a resposta institucional às instâncias promovidas pela ANMIC, através as “Marchas da Dor”, e às instâncias de eliminação das barreiras arquitetônicas, já avançadas pela AIAS, pela Associação Nacional Mutilados e Inválidos do Trabalho (AMNIL) e pela Federação Internacional dos Mutilados, Inválidos do Trabalho e Civil (FIMITC), por ocasião do Congresso Internacional de Stresa, em 1965 (ANMIL, 1965). Pela primeira vez, por meio da lei a condição do inválido civil é definida, as providências sanitárias e econômicas são regularizadas, e se propõe a possibilidade concreta de eliminação das barreiras arquitetônicas. Não menos significativa e revolucionária em termos de resultados é a Lei nº 517/1977, que, além de modificar substancialmente a estrutura organizativa e metodológica da escola, fecha as salas diferenciais e as classes especiais instituídas pela Reforma Gentile e dá início ao processo de *integrazione* escolar de todos os alunos com deficiência na escola regular. Também neste caso pode-se observar que as primeiras experimentações de *integração* de tais alunos nas classes comuns das escolas públicas foram desenvolvidas já nos primeiros anos 1970, mediante a vontade das famílias inscritas na AIAS, nas cidades de Cosenza, Bari e Florença, e foram mesmo tais experiências que serviram como pioneiras e fortaleceram as decisões institucionais.

Mesmo de forma sintética, nesta sede pode-se evidenciar como também outras importantíssimas medidas legais surgiram diretamente das solicitações associativas ou foram por estas orientadas. São efetivas testemunhas a Lei nº 833/1978, com a qual o Estado institui o Serviço Sanitário Nacional, garantindo o direito fundamental à saúde dos cidadãos em respeito à dignidade pessoal e a perfeita igualdade entre as pessoas (Zurru, 2006), a Lei nº 18/1980, que prevê o pagamento de um subsídio de acompanhamento para pessoas com deficiência grave – ou ainda, na década de 1990, a Lei nº 104/1992 (Lei Quadro para a Assistência e Integração Social da Pessoa Handicap), a Lei nº 162/1998, concernente às medidas de apoio em favor de pessoas com deficiência grave, a Lei nº 68/1999 relacionada à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência, e a Lei nº 328/2000, que compromete cidadãos (família, associações) e as instituições na realização do sistema integrado de intervenções e serviços sociais.

Como dito anteriormente, se tratou de um percurso e de um processo longo, ainda não concluído, no curso do qual o papel associativo foi contemporaneamente articulado entre reivindicações e proteção dos direitos humanos, sociais e civis, conscientização das instituições e da opinião pública, ativação e gestão de serviços (educacional, social, reabilitação, saúde, profissionalizante, cultural, esportivo) e de estruturas residenciais, promoção e disseminação da pesquisa científica e tecnológica, ativação e manutenção das relações com órgãos privados, institucionais e políticos a nível local, nacional e internacional.

Com a estruturação de semelhante contribuição, resulta cada vez mais clara, a nível político e social, a ideia de que as famílias e as associações de voluntários não podem ser consideradas simplesmente como destinatários de serviços. Essas, em vez disso, tornam-se interlocutores ativos nos processos de planejamento e na construção do sistema integrado de intervenções territoriais educacionais e sócio-sanitárias geridas pelas Autoridades Locais. As colaborações com as instituições tornaram-se cada vez mais crescentes nos anos de 1980, quando as políticas de *bem-estar social*

atravessaram importantes dificuldades ligadas aos cortes de recursos econômicos e à burocratização dos serviços – assim, os decisores políticos convidam os sujeitos do setor social privado (voluntários, associações, cooperativas sociais) a colaborar com o setor público.

É a partir dessa onda histórico-cultural que, no que concerne às políticas de integração, as associações têm meios de solicitar e acompanhar o processo de municipalização do *welfare* e de ampliação dos apoios que se desenvolve a partir da segunda metade daquela década. Facilitando o processo de transição entre os dois sistemas (nacional-local), tais associações jamais renunciaram ao papel de desempenhar a função crítico-política, requerendo decisões normativas e intervenções concretas que envolvessem o inteiro ecossistema dos serviços de apoio às necessidades educativas escolares, sociais, territoriais e sanitárias, sem jamais renunciar, mesmo nas situações mais complexas, a ver respeitado o direito à integração e à plena realização dos potenciais da pessoa. Por meio da estipulação de protocolos de intenções, convenções e acordos de programa, mostraram e colocaram à disposição da comunidade e das instituições um repertório de competências e de projetos originais e inovadores relativos às ações de integração e de serviços à pessoa com deficiência que as instituições públicas, na sua dimensão local, não possuíam verdadeiramente. Trata-se de uma *expertise* cultural que, visando à redução da incidência da deficiência e à integração da pessoa com deficiência, produziu um amadurecimento baseado em uma intenção formativa e solidária. Tais iniciativas produziram efeitos em termos de sensibilização da opinião pública e da ativação e autogestão dos serviços, das iniciativas de promoção e do desenvolvimento da pesquisa científica e da formação, em âmbito educativo, social, laboral e sanitário (Mura, 2009).

Desta forma, as associações das pessoas com deficiência tiveram modo de projetar, sobre toda a comunidade, o patrimônio de experiência de *cidadania ativa e solidária* que amadureceram ao longo do tempo. A crise econômica do Estado se torna em ocasião para as associações, fortalecidas por suas experiências internas, se colocarem como coprodutores e corresponsáveis pela organização e gestão dos serviços públicos para as pessoas. Embora o cenário sociocultural e político seja novo, trata-se novamente de uma dinâmica histórica na qual as associações desempenham um papel propulsor e inovador que vai além da simples prestação de serviços e as coloca, em todos os aspectos, também como sujeitos orientadores das políticas institucionais. Tudo isso, em um momento complexo de transição que vê o sistema de *bem-estar social*, meticulosamente estruturado, transformar-se no atual sistema de *sociedade de bem-estar* ou *bem-estar misto*, como ainda é definido de forma incerta (Mura, 2007).

Trata-se de atividades e mudanças ainda em curso, nas quais o ativismo associativo evidenciou a capacidade de se organizar de maneira multiforme e, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros, soube gerar *empoderamento* para a pessoa com deficiência. Ao fazer isso, as associações estruturaram novas modalidades organizacionais internas (marcadas pela presença de profissionais), externas (através da constituição de redes associativas nacionais e transnacionais) e de relação/participação política, amadurecendo plenamente os poderes das organizações de cidadania ativa, ou seja, de informar sobre as violações dos direitos, de produzir mudanças de mentalidade, de convocar as instituições para o correto funcionamento, de promover e legitimar iniciativas e ações, de colaborar com sujeitos e instituições (Moro, 2005).

O escopo cultural da ação associativa, fortemente orientada e nutrida pela sensibilidade dos pais, foi, portanto, expresso como um modelo relacional amplo e de solidariedade. É evidente, conseqüentemente, que ampliando o horizonte de intervenção para todos os âmbitos de desenvolvimento e idade dos sujeitos em situação de deficiência, as associações foram capazes de promover o desenvolvimento cultural e ético em torno delas. Nesse sentido, não é arriscado observar que elas também contribuíram com a realização de uma parte significativa da história cultural e social da educação, da integração e das políticas de *bem-estar social* do nosso país.

Considerações Finais

O percurso cultural e normativo por meio do qual a Itália passou a conceber a ideia da plena realização dos direitos humanos e da inclusão social das pessoas com deficiência indica claramente qual foi a contribuição das associações no enriquecimento da participação das pessoas com deficiência com os objetivos e oportunidades para a vida pública. Ao mesmo tempo, elas desempenharam um papel fundamental na promoção e na ativação de um sistema integrado de intervenções educacionais e sócio-sanitárias. Trata-se da consciência de que somente nos últimos anos essas associações encontraram respostas também em nível internacional, pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN, 2006), e que testemunham muito bem como a conduta ética das experiências de cidadania ativa do voluntariado associativo tem ido muito além do contexto privado que a gerou.

Uma posição semelhante conferiu às associações um enorme poder também simbólico: os reconhecimentos obtidos as obrigam a se repensar como sujeitos sociais protagonistas e interlocutores de igual responsabilidade com outros atores públicos, já que se tornaram um componente importante do sistema de produção de serviços. Atualmente, isto comporta uma modificação interna organizacional, profissional e de gestão, que as orienta à institucionalização e à comercialização das práticas de tratamento educacional e sócio-sanitário. Deste ponto de vista, surge, no entanto, uma complexa série de questões e de nós críticos que são concernentes ao desenvolvimento futuro da *missão* destas organizações. Em que sentido o tratamento educacional e social, originalmente conjugado com a participação ativa dos mesmos sujeitos a quem é dirigido, pode ser “entregue” e “vendido” e, portanto, “objetivado” na performance, em vez de “interpretado” nas relações de um “projeto global de vida”? Como se pode conciliar o diálogo e o confronto que caracterizam a alma de muitas pequenas realidades associativas com as razões da concorrência no âmbito das difíceis ações dos serviços? Em que modo é possível, para as associações, manter a função “crítico política” e “emancipatória” na base das intenções associativas no momento em que são chamadas a participar das “mesas de governo” institucional? O acordo entre associações e órgãos públicos corre o risco de determinar uma relação de forças, caracterizada pela dependência econômica das primeiras em relação aos segundos. Em que modo é ainda possível garantir a capacidade inovadora e a autonomia projetual que tem caracterizado o nascimento e o trabalho de muitas associações? (Mura, 2014).

Estas são apenas algumas questões abertas pelas atuais transformações e que se originam de um novo modo de conceber a participação política e social dos cidadãos para o bem-estar comum. A tendência à institucionalização, profissionalização e a empreendedorizar o trabalho associativo corre o risco de distorcer a matriz original da intenção associativa, antes mesmo de seu trabalho, e é acentuada pelo fato de que as intervenções normativas institucionais relativas à definição de um quadro orgânico para realização das políticas integradas de bem-estar estão longe de serem definidas. Assim sendo, trata-se de promover um amplo debate cultural e científico e verificar se as associações, na contingência atual, conseguem manter o seu papel propulsor como inovadoras, construtoras e vitalizadoras da vida democrática, promovendo a autodeterminação dos cidadãos e a proximidade cívica, ou, em vez disso, correm o risco de assumir o *status* de produtoras e prestadoras de serviços de *bem-estar*, adentrando o mais amplo leque das organizações de empreendedorismo social.

Referências

- ANMIL. (1965). *Gli invalidi e le barriere architettoniche*. (ANMIL, Ed.). Roma: Eizioni ANMIL.
- Covino, A. (1999). Madre per sempre: Storia a puntate dell'ANFAS dal 1958 al 1998. *La Rosa Blu*, 2–3.

- D'Amato, A. (2004). *50° anniversario: I figli della memoria*. Roma: AIAS.
- Dahrendorf, R. (2003). *Auf der Suche einer neuen Ordnung. Vorlesungen zur Politik der Freiheit im 21. Jahrhundert*. München: Verlag C.H. Beck.
- ENS. (2004). *La storia dell'Ente Nazionale Sordomuti*. Roma: ENS.
- Farber, B. (1959). Effects of a severely mentally retarded child on family integration. *Society for Research in Child Development*, 24/2(71).
- Farber, B. (1960). Family organisation and crisis: Maintenance of integration in families with a severely mentally retarded child. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 25(1).
- Godio, G. (1999). *Il coraggio di una vita normale*. Milano: Spearling & Kupfer.
- Moro, G. (2005). *Azione civica*. Roma: Carocci.
- Mura, A. (2004). *Associazionismo familiare, handicap e didattica. Una ricerca esplorativa*. Milano: FrancoAngeli.
- Mura, A. (2006a). Associazionismo e disabilità: L'expertise educativa delle famiglie (parte I). *Gulliver ErreessE*, (63), 103–106.
- Mura, A. (2006b). Associazionismo e disabilità: L'expertise educativa delle famiglie (parte II). *Gulliver ErreessE*, (65), 106–109.
- Mura, A. (2007). Tra welfare state e welfare society: Il contributo culturale e sociale dell'associazionismo al processo di integrazione delle persone disabili. In A. Canevaro (Ed.), *L'integrazione scolastica degli alunni con disabilità. Trent'anni di inclusione nella scuola italiana* (pp. 413–430). Trento: Erickson.
- Mura, A. (2008). Un percorso lungo quasi un secolo: il contributo dell'associazionismo tra “vecchie” e “nuove” istanze di cittadinanza. *Gulliver ErreessE*, (80), 111–114.
- Mura, A. (2009). Famiglie e associazionismo: il contributo al processo di integrazione nell'ultimo mezzo secolo. In M. Pavone (Ed.), *Famiglia e progetto di vita* (pp. 313–328). Trento: Erickson.
- Mura, A. (2014). Associations for disabled people in Italy: A pedagogical exploration. *ALTER - European Journal of Disability Research / Revue Européenne de Recherche Sur Le Handicap*, 8(2), 82–91. <http://doi.org/10.1016/j.alter.2014.03.002>
- Ridolfi, M. (1998). Associazioni. In M. Firpo, N. Tranfaglia, & P. G. Zumino (Eds.), *Guida all'Italia contemporanea 1988-1997*. Milano: Garzanti.
- Salis, F. (2007a). Associazione italiana persone Down: Una realtà associativa diffusa sul territorio nazionale. *Gulliver ErreessE*, IX(67), 105–108.
- Salis, F. (2007b). Associazionismo e scuola: Un'esperienza didattica condivisa. *Gulliver ErreessE*, 75, 111–113.
- Santilli, L. (2003). *La luce dentro e altri scritti su Sabina Santilli*. Osimo: Lega del Filo d'Oro Onlus.
- Selis, A., & Stocchino, G. (2008). Associazionismo sportivo e partecipazione integrata alle attività motorie e sportive di base. *Gulliver ErreessE*, (77), 110–113.
- Tatulli, I. (2007a). L'unione Italiana dei ciechi: Una associazione storica. *Gulliver ErreessE*, 69, 1006–1109.
- Tatulli, I. (2007b). Voci nell'aria. Storia ed evoluzione dell'Ente Nazionale per la protezione e l'assistenza dei Sordi. *Gulliver ErreessE*, 72, 103–105.
- UN. (2006, December 13). *Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. New York: UN.
- Zurru, A. L. (2005). Associazionismo familiare, disabilità, solidarietà e dinamiche di riconoscimento sociale. *L'integrazione Scolastica e Sociale*, 4(5), 445–458.
- Zurru, A. L. (2006). Associazionismo familiare e integrazione sociosanitaria: Tracce ed elementi di ricognizione storica. *L'integrazione Scolastica e Sociale*, 5(2), 116–122.
- Zurru, A. L. (2007). L'associazione Bambini Cerebrolesi. *Gulliver ErreessE*, IX(71), 104–107.
- Zurru, A. L. (2008). Disabilità, bisogno affettivo-relazionale e sessualità nel dibattito associazionistico. *Gulliver ErreessE*, X(78), 110–113.

Sobre o Autor

Antonello Mura

Università degli Studi di Cagliari

antonello.mura@unica.it

<http://orcid.org/0000-0003-3470-1916>

Professor Associado de Pedagogia Especial, membro fundador da Sociedade Italiana de Pedagogia Especial e membro do Conselho de Diretivo. Professor de Educação Especial na Università degli Studi di Cagliari (IT), onde dirige o Curso de Especialização para atividades de apoio a Inclusão. Autor de livros e artigos no campo da Educação Especial. Pesquisador dos processos de inclusão social de pessoas com deficiências em escolas com especial atenção a questões relacionadas a associações familiares, processos de orientação e formação de professores. Coordenador do Centro de atendimento universitário para educação e inclusão no ensino superior de profissionais da educação (CEDIAF) na mesma universidade.

DOSSIÊ

Políticas Públicas em Educação Especial em Tempos de Ditadura

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 65

3 de junho de 2019

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, PubMed, QUALIS A1 (Brasil), Redalyc, SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Kaizo Iwakami Beltrao, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch**, **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés), **María Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University
of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolle
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemeni
Tel Aviv University